

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar, pelo prazo certo de 120 dias, escutas telefônicas clandestinas/ilegais, conforme denúncia publicada na Revista "Veja", edição 2022, n.º 33, de 22 de agosto de 2007.

**REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO N° DE 2008
(Do Sr. Gustavo Fruet)**

Solicita seja convocado o Sr. Luiz Eduardo Greenhalgh para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre possíveis escutas ilegais e/ou clandestinas relacionadas a suas atividades profissionais ou outras de que tenha conhecimento.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com fundamento no art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias para seja convocado o Sr. Luiz Eduardo Greenhalgh para prestar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre possíveis escutas telefônicas ilegais e/ou clandestinas relacionadas a suas atividades profissionais ou outras de que tenha conhecimento.

JUSTIFICAÇÃO

As notícias veiculadas pela imprensa após a Operação Satiagraha, apontam que o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh teria sido vítima de escutas ilegais e/ou clandestinas e possível espionagem, no exercício de suas atividades profissionais.

Em depoimento a esta Comissão, o Sr. Eduardo Gomide, Diretor-Executivo da Kroll no Brasil, afirmou que a empresa não "monitora a vida de pessoas".

A Kroll foi contratada pela Brasil Telecom, então controlada por Daniel Dantas, com o suposto fim de subsidiar o banqueiro com informações a serem utilizadas em sua disputa pelo controle da empresa. Há quatro anos a Kroll

Associates tenta se desvincilar da acusação de, na execução do serviço para Daniel Dantas, ter grampeado membros do Governo Federal.

No mesmo dia desse depoimento, foi deflagrada, pela Polícia Federal, a operação intitulada “Satiagraha”, a qual tem conexão com outra ação da PF, a “Operação Chacal”, de 2004. Tal investigação tinha como objetivo, exatamente, a apuração da denúncia de que o banqueiro contratara a multinacional de espionagem Kroll, para monitorar os passos de autoridades do governo Lula.

Em 27 de outubro de 2004, agentes da Polícia Federal, munidos de mandado judicial de busca e apreensão, varejaram o edifício do Banco Opportunity, no Rio de Janeiro. De todo o material então recolhido, uma peça revelou-se especialmente valiosa: um disco rígido de computador, que continha dados sobre a movimentação de fundos de investimento geridos pelo banco.

A revista *Consultor Jurídico*, de 27 de outubro de 2004, publicou:

“Saldo da conta

PF prende cinco pessoas durante Operação Chacal

A Polícia Federal prendeu nesta quarta-feira (27/10) cinco pessoas e apreendeu computadores, documentos, celulares, aparelhos eletrônicos e de informática em operações de busca e apreensão na sede da Kroll Associates, em São Paulo, em escritórios da empresa e outros endereços.

A ação é resultado da Operação Chacal, da PF, que aconteceu simultaneamente em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Distrito Federal. Os agentes também fizeram buscas na sede do Grupo Opportunity, no Rio de Janeiro, na casa de Daniel Dantas — presidente do Opportunity, que controla a Brasil Telecom —, e em Brasília, na casa da presidente da operadora, Carla Cico.

Carla foi quem contratou a Kroll para investigar uma de suas acionistas, a Telecom Italia. A encomenda do serviço teria sido motivada pela suspeita de que a multinacional italiana teria lesado a BrT em cerca de 250 milhões de dólares.

As investigações chegaram até membros da alta cúpula do governo petista. Constatou-se que o empresário Luís Roberto Demarco, inimigo de Dantas, trocou mensagens com o ministro Luís Gushiken em manobras contra Dantas. A Kroll também apurou que Cássio Casseb, presidente do Banco do Brasil, manteve encontros secretos com o comando da Telecom Italia. Casseb foi quem cuidou da instalação da multinacional italiana no Brasil. (...)

O jornal *O Globo*, em sua edição de 9/7/2008, publicou notícia sob o título “Opportunity, das brigas ao mensalão”. Diz a notícia:

“(...) O consórcio liderado pelo Opportunity - formado por Previ e outros fundos de pensão, Telecom Italia, Citigroup e Opportunity - levou a

Brasil Telecom (BrT). Em 2000, vieram à tona as desavenças. Telecom Italia e Opportunity divergiram sobre o valor da compra da CRT, da Telefónica. O Opportunity queria pagar menos. A Telecom Italia dizia que a Telefónica só fecharia o negócio por mais. Em julho do mesmo ano, os fundos entraram na Justiça questionando o poder do Opportunity.

Em 2002, por questões regulatórias, a Telecom Italia se afastou da BrT para lançar no Brasil a TIM, com a possibilidade de voltar. Mas a BrT comprou licenças de celular. Com isso, TIM e BrT estariam em áreas sobrepostas, o que era proibido. Em 2003, quando a Telecom Italia tentou voltar, foi impedida pelo Opportunity. Os fundos se aliaram à Telecom Italia, mas estavam presos ao Opportunity. Depois, conseguiram destituir o Opportunity da gestão do CVC nacional.

Em 2004, a BrT enfrentou um escândalo: sob a gestão do Opportunity, contratara a Kroll para levantar informações sobre a Telecom Italia. O Opportunity alegou apurar irregularidades no caso CRT. O episódio respingou no então ministro Luiz Gushiken, quando apareceram mensagens de seu e-mail. Nos anos seguintes, foi a vez de a Telecom Italia entrar na berlinda, por causa de reportagens dizendo que a empresa pagou propina a parlamentares e investigou concorrentes, membros da Kroll e jornalistas, inclusive no Brasil. (...) “

O jornal *Folha de S. Paulo*, também de 9/7/2008, trouxe a seguinte matéria:

“Banqueiro se aproximou de ministros e contratou compadre de Lula
KENNEDY ALENCAR

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O banqueiro Daniel Dantas conseguiu se aproximar de ministros do governo petista e de integrantes da cúpula do PT.

Na campanha eleitoral de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva foi alertado pelo então coordenador de campanha e futuro ministro Luiz Gushiken de que o empresário fazia jogo pesado no mundo comercial e que tinha interesse em manter a influência sobre os fundos de pensão de estatais federais para vitaminar negócios privados.

No governo de Lula, houve uma divisão entre ministros em relação aos interesses de Dantas com os fundos de pensão. José Dirceu, então ministro da Casa Civil, e o diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolatto ficaram a favor do banqueiro. Gushiken contra.

No governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Dantas obteve apoio político do PSDB e do PFL (o atual DEM) para participar da privatização das teles. Há o episódio do jantar dele com FHC em junho de 2002. No dia seguinte, haveria troca do comando da Previ, como desejava o banqueiro.

Com Lula no poder, Dantas esbarrou em Gushiken e teria fracassado na busca de contato direto com o presidente. O banqueiro travava disputa com fundos de pensão pelo controle da Brasil Telecom.

Para tentar furar o bloqueio, ele contratou dois advogados com pontes no governo. Antonio Carlos de Almeida Castro, amigo de Dirceu, e Roberto Teixeira, compadre de Lula. O banqueiro teve ainda apoio de Pizzolatto e do então tesoureiro do PT, Delúbio Soares.

Outro ministro de Lula, Roberto Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos), teve histórico de relação de confiança com Dantas. Ele foi "trustee" da Brasil Telecom, ou seja, um representante legal dos interesses da empresa quando ainda era controlada pelo banqueiro, nos Estados Unidos.

O próprio Lula vetou o patrocínio da Brasil Telecom à Gamecorp, empresa da qual seu filho Fábio Luiz Lula da Silva é sócio. Auxiliares do presidente tratam como fantasiosos os rumores de que Dantas teria se associado a Fábio Luiz em um negócio agropecuário por meio de testas-de-ferro.

Esses auxiliares citam conversas reservadas em que Lula teria xingado Dantas por atribuir ao banqueiro participação no mensalão e na divulgação de um dossiê falso apontando contas no exterior do presidente e de figuras do governo e do PT.

Em relação ao mensalão, Lula e os principais auxiliares teriam ciência de que Dantas abasteceu o esquema de Marcos Valério e Delúbio. O escândalo causou a maior crise política do governo Lula.

Segundo relatos à Folha de auxiliares diretos, Lula teria dito que, se dependesse da vontade dele, Dantas seria preso. Ontem, a PF o colocou atrás das grades. Um ministro disse à Folha que o governo não teme nenhuma revelação de Dantas que possa prejudicar Lula.

O Palácio do Planalto também nega que, no segundo mandato, Dantas tenha conseguido favor do governo para se retirar da sociedade na Brasil Telecom, empresa comprada pela OI. Um ministro disse à Folha que Dantas cedeu a um acordo empresarial porque perdera a guerra política pelo comando da empresa. No entanto, como as partes dependiam de sua saída, Dantas teria tirado proveito de uma oportunidade comercial e política."

Essas intrincadas relações empresariais tinham como um de seus elementos, segundo declarações de membros Ministério Público Federal, o ex-Deputado Federal Luiz Eduardo Greenhalgh, que, atuando como advogado de Daniel Dantas, faria a articulação política do grupo, por meio de contatos no Poder Executivo federal e no Congresso Nacional, como noticiado no site A TARDE On Line, no dia 8 de julho de 2008:

"MPF: Greenhalgh ligava Dantas a Executivo e Legislativo
A TARDE On Line - 08 de Julho de 2008

O procurador da República Rodrigo de Grandis, responsável pelas investigações que resultaram na Operação Satiagraha, deflagrada hoje pela Polícia Federal (PF), afirmou que o ex-deputado petista Luiz Eduardo Greenhalgh seria "o elo" entre o grupo formado pelo sócio-fundador do Banco Opportunity, Daniel Dantas, com os poderes Executivo e Legislativo. Em entrevista na sede da PF em São Paulo, Grandis disse que as interceptações telefônicas feitas na operação mostram que o ex-deputado era, inclusive, chamado por dois apelidos: Leg e Gomes. O procurador lamentou o fato de o juiz ter indeferido os mandados de prisão, busca e apreensão referentes ao ex-deputado".

O ex-Deputado Federal, em resposta a tais acusações, levantou suspeitas acerca de interceptações telefônicas ilegais de que teria sido vítima e, em nota à imprensa divulgada em 8 de julho de 2008, afirmou que a atuação da Polícia Federal e do MPF no caso caracterizavam “*violação às prerrogativas do advogado*”.

A presença do Sr. Luiz Eduardo Greenhalgh nesta Comissão é, portanto, fundamental ao esclarecimento dos fatos relacionados com a espionagem ilegal que, supostamente, teria sido desenvolvida pelas organizações empresariais relacionadas com a ação da PF na “Operação Satiagraha” ou outras de que o referido senhor tenha conhecimento.

Sala da Comissão, 10 de julho de 2008

Deputado GUSTAVO FRUET